

política

BRASIL REFORÇA POSIÇÃO DE PROTAGONISTA NAS DISCUSSÕES
SOBRE DIVERSIFICAÇÃO DA CULTURA DO TABACO

Experiência tipo exportação

Mais um passo importante foi dado, em outubro, para traçar políticas e recomendações para a implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esses artigos tratam, respectivamente, de questões relativas ao apoio a atividades alternativas economicamente viáveis à cultura de tabaco e da proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas envolvidas com essa cultura. Os temas foram debatidos em reunião do grupo de trabalho internacional que, desde 2007, levanta orientações sobre como essas determinações devem ser executadas.

Um dos facilitadores desse grupo, o Brasil, por meio da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro (Conicq), assumiu posição de protagonismo na discussão, já que é o único

país que tem uma iniciativa de abrangência nacional para o cumprimento do artigo 17 na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. O Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi destaque na IV Reunião do Grupo de Trabalho, realizada em Pelotas, no Rio Grande do Sul.

O evento contou com a presença de representantes da África do Sul, China, Colômbia, Itália, Nicarágua, Tanzânia e Zâmbia, além de Brasil, Grécia e Turquia, países facilitadores desse GT. Também compareceram representantes de órgãos do governo brasileiro, da Framework Convention Alliance (FCA), da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) e o chefe do Secretariado da CQCT, Vijay Trivedi.



Os participantes não só conheceram os conceitos que norteiam o PNDACT, como visitaram áreas onde ele vem sendo implementado. No fim do evento, firmou-se um documento estabelecendo que os princípios adotados pelo Brasil no Programa de Diversificação devem servir de base para a minuta que irá listar as opções de políticas e recomendações para a implementação do artigo 17. Essa minuta será elaborada na próxima reunião do GT, em fevereiro de 2014, em Genebra, Suíça, e levada para a 6ª Conferência das Partes da CQCT (COP6), marcada para outubro do mesmo ano, na Rússia.

“Foi muito positivo. Pudemos mostrar concretamente a política do Brasil de desenvolvimento rural sustentável, que inclui o Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco, deixando claro que a pergunta não é que produto substitui a cultura do tabaco, mas como criar mecanismos que possibilitem a diversificação com alternativas economicamente viáveis e sustentáveis. O Brasil está liderando esse processo. Apresentamos no encontro o modelo que estamos adotando. Os participantes puderam ir a campo e conhecer na prática como o programa é desenvolvido, ouvir os agricultores e as pessoas que gerenciam as cooperativas que comercializam os novos produtos”, contou a secretária-executiva da Conicq, Tânia Cavalcante.

PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO JÁ APOIOU 45 MIL FAMÍLIAS

A visita foi feita em áreas atendidas por um dos parceiros do Programa de Diversificação, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), organização com 35 anos de tradição na qualificação do agricultor familiar, no cooperativismo e no acesso a crédito e ao mercado. Os participantes conheceram duas propriedades em São Lourenço do Sul (RS) que diversificaram sua produção; uma com leite e a outra com uva. A que optou pelo leite já abandonou a lavoura do tabaco, enquanto a outra ainda mantém uma pequena produção, mas 80% da propriedade é destinada à uva, usada para produzir suco e vinho.

“Desde que o Programa de Diversificação foi criado, em 2005, demos apoio a 45 mil famílias, cerca de 80 mil agricultores. É um saldo positivo, mas gostaríamos que esse processo fosse mais acelerado. Enfrentamos o problema de a indústria fumageira passar para o agricultor a ideia de que o governo é contra a produção do tabaco. Não se trata disso. O que queremos é ajudar as famílias a terem mais

renda, a não depender de uma só cultura. Com o programa, conseguimos dar aos agricultores assistência técnica, capacitação, condições de diversificar”, explica Christianne Belinzoni, consultora da Secretaria de Agricultura Familiar do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA.

Pequenos agricultores de Canguçu (RS), Marléa e Paulo Otto Bersch decidiram diversificar seu plantio há três anos. Para isso contaram com o apoio do programa. “Cerca de 90% da nossa lavoura era de fumo. No restante plantávamos milho e feijão, para consumo próprio. O que mais incomodava era o veneno que tínhamos que usar; a química é muito forte. Hoje não plantamos mais fumo. Partimos para o cultivo orgânico de hortaliças, além do milho e do feijão. Estamos otimistas e queremos diversificar cada vez mais. O ganho que tivemos com a saúde, o nosso bem-estar, é a melhor parte”, diz Marléa.

ESTUDO COMPROVA DANOS À SAÚDE DE FUMICULTORES

Os integrantes do GT também puderam conhecer estudos relacionados ao artigo 18 da CQCT. A Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) apresentou os resultados do primeiro estudo epidemiológico sobre a doença da folha do tabaco no Brasil, comprovando por meio de exames laboratoriais que agricultores da lavoura do fumo nas regiões de Arapiraca (AL) e Candelária (RS) sofreram intoxicação pela nicotina, inclusive crianças. Estudo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) com mais de duas mil famílias discorreu sobre os agravos provocados pela doença da folha do tabaco. A mulher na fumicultura foi a questão abordada na pesquisa do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).



Na área jurídica, coube à Procuradoria Federal Especializada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – unidade Rio Grande do Sul (Ibama/RS) expor um exemplo de como lidar legalmente com uma situação de impacto ambiental.

“É um caso de desmatamento para produção do fumo ocorrido em área de preservação florestal. A medida tomada foi cobrar do Sindicato da Indústria do Tabaco um termo de compromisso para financiar projeto de monitoramento e de reflorestamento. O interessante é que nenhum país tem isso. O chefe do Secretariado da Convenção-Quadro destacou que essa é uma experiência que tem ligação com outro artigo da CQCT, o da responsabilização civil. Porque não apenas o pequeno agricultor foi penalizado com o confisco do fumo produzido na área de preservação. A penalização estendeu-se ao elo mais forte da cadeia produtiva, a indústria do tabaco, através de seu sindicato, que teve de assumir a responsabilidade e está pagando o reflorestamento e o monitoramento, feito pela Universidade de Santa Maria”, explica a secretária-executiva da Conicq.

DEMANDA POR TABACO NO MUNDO ESTÁ EM RETRAÇÃO

Na véspera do encontro, foi realizada reunião aberta, em Porto Alegre, para explicar aos representantes da sociedade civil o que seria discutido no evento internacional, que tem participação restrita por questões de procedimento da Convenção-Quadro. Compareceram à reunião, organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com apoio dos ministérios da Agricultura e Abastecimento e do Trabalho e Emprego, integrantes de sindicatos dos produtores de tabaco, da Associação Médica do Rio Grande do Sul, prefeitos e parlamentares da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do estado.

Tânia Cavalcante chamou a atenção para o fato de que há dados que indicam diminuição da demanda por tabaco no mundo, mas que, apesar disso, a produção vem sendo estimulada no Brasil pelas empresas fumageiras.

“Estamos na contramão de uma situação global. A demanda está caindo, tanto internamente como no exterior. No Brasil, 85% da produção de fumo é exportada, dependendo, portanto, de uma conjuntura global de mercado, que está em retração. O cenário atual indica que diversificar as atividades produtivas é uma questão urgente e demanda um esforço concentrado de gestores de estados e municípios produtores”, alerta a secretária-executiva da Conicq.

“Desde que o Programa de Diversificação foi criado, em 2005, demos apoio a 45 mil famílias, cerca de 80 mil agricultores. É um saldo positivo, mas gostaríamos que esse processo fosse mais acelerado”

CHRISTIANNE BELINZONI, consultora da Secretaria de Agricultura Familiar do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA

Relatório da OMS de 2013 sobre a evolução global do tabagismo e medidas para o seu controle resalta importantes progressos na implementação da CQCT entre 2007 e 2012. Dos 126 estados-partes da Convenção que apresentaram relatório sobre a evolução da implementação do tratado durante a 5ª Conferência das Partes da CQCT (COP5), realizada em 2012 na Coreia do Sul, 75% relataram ter adotado medidas tributárias para reduzir o consumo do tabaco, 95% adotaram a proibição de fumar em recintos coletivos e cerca de 50% criaram medidas regulamentando os produtos de tabaco quanto a conteúdo e emissões. Além disso, 75% baniram descritores enganosos nas embalagens (*light*, suave), mais de 75% adotaram advertências sanitárias grandes, visíveis e legíveis, mais de 75% baniram a propaganda de produtos de tabaco e mais de 50% incluíram diagnóstico e tratamento da dependência de tabaco em seus programas nacionais de saúde.

“Vale lembrar que China e Rússia, respectivamente primeiro e segundo maiores consumidores de tabaco do mundo, vêm implementando as medidas da Convenção que incluem leis restritivas ao consumo de produtos de tabaco. E um elemento novo nesse processo é a questão dos cigarros eletrônicos. Eles estão vindo para substituir o cigarro tradicional. Nos Estados Unidos, por exemplo, a iniciação entre os adolescentes dobrou entre 2011 e 2012. Esse produto praticamente não usa tabaco. Minha pergunta durante a apresentação foi: “Qual será o impacto disso para quem depende da produção de fumo?”, conclui Tânia. ■